

ATA N.º 02/2022

----- Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 25 de março de 2022.-----

----- Aos 25 dias do mês de março de 2022, pelas 14,30 horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município a Assembleia Municipal, em sessão Extraordinária Pública, convocada através do ofício n.º. 8/JM, datado de 21 de março de 2022 e publicitada através do Edital da mesma data, com a seguinte Ordem de Trabalhos:--

----- **Ponto 1** – Criação do Conselho Municipal de Segurança de Cantanhede / Indicação de elementos;-----

----- **Ponto 2** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Aquisição de terreno para estacionamento;-----

----- **Ponto 3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Ampliação do cemitério de Murtede;-----

----- **Ponto 4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Obras na sede da Junta de Freguesia;-----

----- **Ponto 5** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras na Rua dos Emigrantes no Corticeiro de Cima – 1.ª Fase;-----

----- **Ponto 6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / De novembro a dezembro 2021;-----

----- **Ponto 7** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de

subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos em 2021 às Freguesias ou Uniões de Freguesia do Concelho;-----

----- **Ponto 8** - Minuta do Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Cantanhede e a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência da Escola EB1 de Lírios;-----

----- **Ponto 9** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Lima de Faria;-----

----- **Ponto 10** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva;-----

----- **Ponto 11** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Gândara Mar;-----

----- **Ponto 12** – Transferência de Competências no Domínio da Saúde / Ponto da situação / Para conhecimento;-----

----- **Ponto 13** - Apreciação, discussão e votação da Estratégia Municipal de Educação Ambiental 2030;-----

----- **Ponto 14** - Apreciação, discussão e votação da 2.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas da Sr.^a Áurea da Cruz Flamino de Andrade e da Sr.^a Ângela Maria Ventura Alves de Matos Dinis, por motivos de doença, conforme documentos

apresentados. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã pelo seu Tesoureiro, Luís Miguel Malva.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- Passou-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes do Edital antes referido:-----

----- **Ponto 1 - «Criação do Conselho Municipal de Segurança de Cantanhede / Indicação de elementos»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que ficou definido em reunião de Câmara mandar o Sr. Vereador, Adérito Machado, para efetuar as diligências necessárias à instalação do referido Conselho. Acrescentou que, para tal, é necessário definir o número dos Presidentes de Junta que irão fazer parte do mesmo, bem como um número de cidadãos de reconhecida idoneidade e a indicação dos mesmos. Esclarecendo que aquele Conselho tem uma função consultiva para várias matérias, como a segurança, a violência doméstica, a sinistralidade rodoviária, entre outras, solicitou que o Sr. Vereador Adérito Machado apresentasse o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual procedeu à apresentação do Conselho Municipal de Segurança, as funções e as competências: - Aborda a segurança que envolve os cidadãos na sociedade e todo o meio que os rodeia, nomeadamente, violência doméstica, violência de género, exclusão social, combate ao crime, estratégias para a redução da sinistralidade rodoviária no concelho, prevenção rodoviária, segurança, interligando todos os agentes ligados à segurança concelhia; - Tem uma função consultiva, mas também uma função informativa e de cooperação; - Tem a função de avaliar níveis de criminalidade concelhias, a capacidade operacional das forças

de segurança, os resultados da atividade em Proteção Civil, as situações socioeconómicas do concelho, as dependências sociais e o tráfico de droga, os resultados da sinistralidade rodoviária. Informou, de seguida que, os serviços encontram-se a desenvolver o regulamento, que será presente à Assembleia, para ser analisado, discutido e aprovado, cabendo também à Assembleia ver quantos Presidentes de Junta de Freguesia irão fazer parte daquele Conselho em representação das freguesias, bem como o número de cidadãos com a idoneidade reconhecida a nível social, que podem ser até 20. Referiu ainda que, como o conselho é composto por uma grande quantidade de entidades, não se deveria estender o número de cidadãos envolvidos que podem ser até 20, bem como o número de Presidentes de Junta, porque tornar-se-ia impossível reunir e articular ideias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou de seguida o assunto à discussão de todos os Membros, tendo intervindo o Sr. Carlos Fernandes, o Sr. Ulisses Salvador, o Sr. Abel Carapêto, a Sr.^a Amélia Castilho, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Sr. José Vieira e o Sr. Primeiro-Secretário, José Maria Maia Gomes. Das intervenções ocorridas, concluiu-se propor o número de 4 Presidentes das Juntas de Freguesia, nomeadamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Miguel Pessoa Caldeira, a Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Catarina Batista de Jesus Grilo e o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Gomes Cruz, bem como a indicação de 4 cidadãos de reconhecida idoneidade, sendo 2 do PSD, 1 do PS e 1 do Chega, cujos nomes serão apresentados na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, relativamente ao **Ponto 1 - «Criação do Conselho Municipal de Segurança de Cantanhede / Indicação de elementos»**, foi colocada a votação a proposta apresentada, sendo o número de 4 Presidentes das Juntas de Freguesia, nomeadamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Miguel Pessoa Caldeira, a Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Catarina Batista de Jesus Grilo e o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Gomes Cruz, bem como a indicação de 4 cidadãos de reconhecida idoneidade, sendo 2 do PSD, 1 do PS e 1 do Chega, cujos nomes serão apresentados na próxima sessão da Assembleia Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade;-----

----- Referindo que o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Aquisição de terreno para estacionamento»**, o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Ampliação do cemitério de Murtede»**, o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Obras na sede da Junta de Freguesia»** e o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras na Rua dos Emigrantes no Corticeiro de Cima – 1.ª Fase»** tratam de subsídios a atribuir às Juntas de Freguesia do Concelho, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que fossem apresentados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- Interveio então a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - A Câmara propõe a atribuição de um subsídio à Freguesia de Murtede no

valor de 22.300,00 €, para aquisição de um terreno em frente à sua Junta de Freguesia que é uma zona bastante frequentada devido à existência da extensão de saúde, do infantário e da Junta de Freguesia, de forma a criar ali uma zona, não só de estacionamento, mas também de fluência de trânsito; - Propõe ainda a atribuição de um subsídio no valor de 19.500,00 € à freguesia de Murtede, devido à necessidade da ampliação do cemitério de Murtede; - Relativamente à Freguesia de São Caetano, decorrente das obras realizadas na sede da Junta de Freguesia, propõe que a comparticipação para a requalificação do edifício, seja um subsídio no valor de 7.791,29€; - Por fim, propõe um subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, no valor de 6.887,02 €, para apoiar obras realizadas em algumas ruas, nomeadamente, na Rua dos Imigrantes.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Aquisição de terreno para estacionamento»**, o qual foi aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Ampliação do cemitério de Murtede»**, relativamente ao qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo de seguida sido colocado a votação e aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Obras na sede da Junta de Freguesia»**, relativamente ao qual também não houve qualquer pedido de intervenção, tendo de seguida sido colocado a votação e aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras na Rua dos Emigrantes no Corticeiro de Cima – 1.ª Fase»**, relativamente ao qual também não houve qualquer pedido de intervenção, tendo de seguida sido colocado a votação e aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / De novembro a dezembro 2021»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, recordando que apesar de muito se ter já falado sobre o tema, a resposta continua a ser a mesma, ou seja, nenhuma. Manifestou, a sua preocupação pela situação e alertou os senhores Presidentes de Junta, que continuam a fazer contratação com os enfermeiros, sem ter cobertura legal da ARS. Receando que alguma Freguesia decida acabar com algo que tem sido extraordinariamente importante para as populações, propôs aos Senhores Presidentes de Junta de Cordinhã, Ourentã, Sanguinheira, Cantanhede e Pocariça, Covões e Camarneira, Portunhos e Outil, que, juntamente com a própria e a Sr.ª Vereadora da Saúde, solicitassem uma reunião com carácter de urgência à ARS Centro e ao ACES, no sentido de clarificar a situação. Informou de seguida que, no corrente ano, têm existido alguns problemas nas instalações das Juntas de Freguesia onde funcionam os postos de enfermagem, já ultrapassados, e que algumas entidades não deram a possibilidade a alguns enfermeiros de

desempenharem aquelas funções, exercidas há anos, por considerarem que, juridicamente, o desempenho do ato de enfermagem é incompatível para alguém que já é funcionário público do quadro de uma instituição de saúde. Referiu ainda que, se continua a participar num projeto que não tem o suporte legal com base em protocolo, porque, se o protocolo estivesse assinado, a saída da verba e da despesa estaria salvaguardada e que, não compreendendo como é que uma entidade pública como a ARS continua a ceder equipamento, material e consumíveis sem ter um protocolo assinado. Voltando a referir estar disponível para solicitar uma reunião à ARS e ao Presidente do ACES, caso os senhores Presidentes de Junta assim o entendam, para poder voltar a deliberar sobre o assunto. Recordou, no entanto, que, o jurídico da ARS não recomenda a assinatura daquele protocolo, não se sabe bem porquê, pelo que não percebe o que legitimou a assinatura dos protocolos anteriores. Finalmente informou que se propõe o pagamento à Freguesia de Cordinhã de 538,40€, à Freguesia de Ourentã também 538,40€, à Freguesia de Sanguinheira, 511,48€, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, 565,32€, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, 339,87€ e à União de Freguesias de Portunhos e Outil, 1.076,80€.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Vieira, o qual afirmou concordar com a Sr.^a Presidente da Câmara e recordou ter estado, há uns anos atrás, presente numa reunião, na qual foi prometido que a situação iria ser resolvida. Não sendo uma proposta da bancada do PS, mas antes uma questão pessoal, por uma questão de honra, solicitou à Sr.^a Presidente da Câmara que fosse convidado para estar presente na reunião em causa, pois gostaria de perguntar diretamente à Sr.^a Presidente da ARS o porquê de não ser tomada uma decisão. Mencionou ainda ser um problema que se arrasta à demasiado tempo sem que a

situação fique resolvida.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a sua freguesia é uma das que tem aquele serviço, o qual não pretende encerrar, assumindo qualquer risco inerente. Agradeceu a posição do Sr. José Vieira e apelou a que as Freguesias, que também têm aquele serviço, façam intervenções junto do Partido para ajudar a resolver a questão. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes, recordando que o processo, quando começou na Presidência do Sr. Presidente da Mesa, João Moura, foi através de um protocolo entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a ARS, referiu que os Postos de Enfermagem não têm que encerrar e que os Presidentes de Junta não têm de recear ter os postos de enfermagem, porque as competências com os cuidados primários de saúde estão bem explanadas na Lei n.º 75/2013, nomeadamente, no artigo 7.º, n.º 2, alínea e), pelo que se o Presidente da Junta não é enfermeiro, tem que o contratar. Acrescentou que seria muito melhor ter o protocolo assinado pelas três instituições para ajudar a custear a parte da enfermagem e que não entende como podem ser fornecidos os materiais por parte da ARS.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual referiu que, relativamente às questões que foram levantadas a bancada do PSD tem sido coerente e tem uma posição em relação aos postos de enfermagem que não varia nem com os Governos, nem com a cor das autarquias locais. Referiu que sempre defenderam que aqueles protocolos levantavam diversas questões, nomeadamente, a cedência dos materiais que é preocupante e a questão

do pessoal e da responsabilidade dos atos que lá são praticados, porque perceberam que poderia haver ali algumas questões. Referiu ainda que aqueles protocolos têm grandes implicações para o Município de Cantanhede, que envolvem 6 das atuais 14 freguesias, sendo um modelo que funciona e que serve as populações, gerando poupança. Finalizou a sua intervenção afirmando que, no que depender da vontade do PSD, não serão as Juntas de Freguesia, nem as autarquias locais de proximidade que deixarão de prestar o apoio às populações e de estar ao seu lado, porque elas precisam daquele serviço.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vítor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que a sua freguesia foi das que sentiu um problema de incompatibilidade, à relativamente pouco tempo, tendo perdido um enfermeiro. Acrescentou que, pelo número de pessoas que frequentavam habitualmente o posto de enfermagem, sentiu-se logo a necessidade de o mesmo estar aberto, e, apesar de ter ficado preocupado com a questão da contratação do novo enfermeiro, conseguiu substituí-lo, estando o problema resolvido. Realçou de seguida, a importância dos postos de enfermagem estarem abertos e concordou com a urgência da reunião falada, na qual considerou que deveriam estar presentes todos os interessados.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando existirem pessoas que sabem muito mais sobre esta matéria do que ela, porque são da área da saúde. No entanto, se os postos de enfermagem pudessem ter algum tipo de ligação informática à própria extensão de saúde, o processo do doente ficaria centralizado. Transmitiu, de seguida, que o Município está disponível para fornecer o equipamento informático que o ACES ou a ARS entender ser necessário, tal como

aconteceu com o SNS 24 para a União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima que esteve meses sem abrir, porque apesar de lhe competir, o Estado não o fornecia. Recordou que os postos de enfermagem foram abertos no seguimento do encerramento de algumas extensões de saúde, o que, perante um município com 400 km², gera dificuldades de acessibilidade a muitos utentes, sendo fundamental aquele tipo de apoio. Concluiu que o enquadramento deve ser feito pelas entidades que percebem da área para se poder ultrapassar a questão jurídica e para que a Câmara possa fazer o acerto com as Juntas de Freguesia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual referiu que a bancada do PS está totalmente solidária com todas as preocupações manifestadas e salientou ser uma preocupação que se arrasta há anos, sendo urgente resolver o problema. Garantiu que o seu partido vai tentar fazer todos os possíveis para desbloquear o assunto, para que, de uma vez por todas, se possa trabalhar legalmente, como assim se exige.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Sr. Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu concordar com todas as participações anteriores. Acrescentou, de seguida que, desde o primeiro momento, na antiga Junta de Freguesia, quando o processo foi iniciado, sempre teve vontade de continuar com a prestação daquele serviço de cuidados de saúde primária, pelo que está disponível e muito interessado para participar na reunião em causa, para que o assunto se esclareça e se possa continuar a trabalhar da melhor forma.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo ser bom ouvir da parte de todas as bancadas a vontade de contribuir para que o problema se resolva. Mencionando o testemunho do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da

União das Freguesias de Portunhos e Outil, esclareceu que o encerramento do Posto de Enfermagem durante uns dias, foi sentido imediatamente ao nível da população mais idosa e acrescentou nunca ter havido um Presidente de Junta que tivesse dito que não valia a pena ter os Postos de Enfermagem abertos, antes pelo contrário, sempre pediram para nunca os encerrar, dado o contributo positivo que têm junto da população. Lembrou, de seguida, o caso de Vilamar e Corticeiro de Cima, quando foram encerradas as extensões de saúde, com a USF de Febres a funcionar, os problemas que existiram, num primeiro momento com o Dr. Carlos Chieira, e depois, após várias reuniões, terem demonstrado que eram contra o facto de haver um posto de enfermagem com um enfermeiro que estavam na direta dependência da USF. Recordou que, se o enfermeiro estava a ser pago pelo Município de Cantanhede, não havia problema de incorporar essa pessoa na equipa e fazer a ligação através dos meios informáticos, de alguém que é idoso, que não precisaria de se deslocar à USF de Febres quando poderia ir ao Corticeiro e Vilamar, numa relação de proximidade, podendo até haver a hipótese de o próprio enfermeiro deslocar-se a casa da pessoa que, por dificuldades de mobilidade, não o poderia fazer. Acrescentou não estar em causa o projeto do Governo de António Costa, mas o Governo anterior de Passos Coelho, na altura do Ministro da Saúde, Paulo Macedo, onde foi apresentado por duas vezes o dossier com os encargos e a poupança que traria ao erário público, sendo que, as três ou quatro dezenas de milhares de euros que o Município suportava em termos de financiamento para pagar os honorários aos enfermeiros, justificava plenamente o que se estava a fazer. Referindo que o Município de Cantanhede sempre quis assumir-se como um parceiro privilegiado com o Ministério da Saúde, particularmente com a ARS, o Centro de Saúde e os hospitais, afirmou que também gostaria de ser convidado para

a reunião em causa. Recordou ainda, que os postos de enfermagem começaram a funcionar na sequência de um protocolo assinado em 2007, quando era Vereador, tendo o Sr. José Maria Maia Gomes tido a ideia. O processo resultou e tinha um lugar no futuro, com as competências que existem em várias áreas no concelho e com a recetividade e abertura por parte da Câmara Municipal, existindo motivos para fazer uma boa rede no concelho, que continua cada vez mais envelhecido, sendo preciso uma proximidade entre os agentes de saúde e a população. Destacou que o Governo vai tomar posse, continuando Marta Temido como Ministra da Saúde, pelo que apelou à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal no sentido de, em conjunto, poderem ir formular um convite à Sr. Ministra da Saúde para visitar o concelho de Cantanhede e poderem falar frontalmente sobre estas questões, defendendo aquilo para o qual foram eleitos, que é o de estar a representar a população. Saliu as palavras dos vários Presidentes de Junta, de não quererem acabar com os postos de enfermagem, mas sim serem integrados no Sistema Nacional de Saúde e de estarem em rede na questão dos cuidados de saúde primários e domiciliários. Finalmente, apelou à união e mencionou que não deixarão de incluir a questão da consulta aberta na visita da Sr.ª Ministra da Saúde, se ela aceitar o convite para se deslocar ao concelho de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Amélia Castilho a qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu não conhecer os meandros do processo e demonstrou a sua solidariedade com os cuidados de enfermagem de proximidade. Referindo de seguida que, se o problema não é a necessidade nem a relevância do serviço prestado naqueles postos, mas sim o enquadramento legal e a articulação com o Serviço Nacional de Saúde, questionou sobre o porquê de nunca se ter ponderado o enquadramento legal que previa uma

rede de cuidados continuados gerida por enfermeiros, direcionada para cuidados de proximidade de enfermagem e com a possibilidade de se articular com o Serviço Nacional de Saúde, o que poderia ser a solução, pois a responsabilidade profissional do enfermeiro estaria salvaguardada institucionalmente. Demonstrou de seguida a sua preocupação relativa à questão do tratamento dos resíduos orgânicos e o seu encaminhamento.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, respondendo que, quando os postos de enfermagem foram abertos, tudo foi devidamente acautelado e validado pelo então Presidente da Câmara e pelo Presidente da ARS à época, e os resíduos e os consumíveis eram todos tratados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que as Unidades de Cuidados Continuados, ou UCC, já existem em todo o país, existindo uma em Cantanhede e têm objetivos e funções próprios. Acrescentou que as pessoas vão aos Postos de Enfermagem por variadíssimos assuntos, aos quais a UCC não pode dar resposta, como por exemplo, fazer uma avaliação da tensão arterial durante três semanas ou fazer um acompanhamento da glicémia. Elucidou ainda que as UCC podem servir para determinados tratamentos de enfermagem, como os pensos específicos, mas se for um penso banal e simples tem de ser no posto de enfermagem. Concluiu que a UCC tem objetivos próprios que não são completamente compatíveis com os Postos de Enfermagem.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de**

Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / De novembro a dezembro 2021», tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos em 2021 às Freguesias ou Uniões de Freguesia do Concelho».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que na última reunião de câmara foi levada a lista dos subsídios em géneros atribuídos às associações, às IPSS, e às Juntas de Freguesia. Acrescentou que, no caso das Juntas de Freguesia, a Assembleia tem que validar um subsídio em géneros no valor de 1.088,53 € atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira, relacionado com a ampliação de uma vedação de um campo de jogos, e um subsídio em géneros no valor de 1.073,79 €, atribuído à Freguesia da Tocha, pela elaboração de um projeto elétrico ITED para o futuro Museu Mário Silva.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos em 2021 às Freguesias ou Uniões de Freguesia do Concelho»,** tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 8 - «Minuta do Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Cantanhede e a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência da Escola EB1 de Lírios».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a

Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou já existir um protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia para a Escola dos Lírios, que está desativada há uns anos. Acrescentou que, perante a possibilidade de uma candidatura que a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça pretende fazer, há necessidade de aprovar a minuta do contrato de comodato, pela questão da propriedade, para que a União das Freguesias possa aceder àquela candidatura, para melhoria do espaço daquela escola.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Minuta do Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Cantanhede e a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência da Escola EB1 de Lírios»**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Referindo que o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Lima de Faria»**, o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva»** e o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Gândara Mar»** tratam de minutas de contratos de delegação de competência a celebrar com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que fossem apresentados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitando que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, detentor do

Pelouro da Educação a apresentar o assunto, informou que aqueles três pontos destinam-se à apreciação, discussão e votação da minuta de contratos a estabelecer com os três agrupamentos de escolas existentes no concelho, o Agrupamento Lima de Faria, que engloba a Escola Secundária e a EB 2,3 de Febres, a Carlos Oliveira, o Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva, que está sediado na EB 2,3 de Cantanhede e o Agrupamento Gândara Mar, na Tocha. Referiu, de seguida que, relativamente ao processo de delegação de competências, a discussão já começa a ser outra e que, nas últimas reuniões da Associação Nacional de Municípios Portugueses com as Comunidades Intermunicipais, já todos concordam com o facto de que as competências não funcionam com o quadro financeiro apresentado, o que gera muita apreensão por todos os Municípios. Afirmou acreditar que possa ainda ocorrer um grande diálogo com o Governo que vai entrar em funções, porque se as competências transitarem da forma como estão, com a responsabilidade financeira que vai ficar para os Municípios, com os aumentos que estão a ocorrer em termos de concursos, e concursos que já estavam consignados e que estão a cair porque os empresários não conseguem suportar os valores adjudicados pelo facto de as matérias-primas estarem a aumentar de uma forma assustadora. Recordou as competências que já anteriormente foram delegadas sem o mínimo de suporte financeiro, dando como exemplo os Julgados de Paz, cuja única entidade que está a ser paga pelo Estado é a Sr.ª Juíza, porque as instalações, os consumíveis, a luz, a água, etc., são por conta do Município. Deu também como exemplo a questão das praias, referindo que não se podem comparar as receitas de praia da Vagos ou de Mira às receitas de uma praia como Vilamoura ou Cascais. Recordou que, relativamente à Educação e à Saúde, quando saiu a Lei, o Município teve equipas técnicas que foram para o terreno e fizeram os

levantamentos das despesas existentes nas extensões de saúde e nas escolas. De seguida, com a ajuda de uma projeção, apresentou os valores relativamente à educação recordou que foram feitos dois levantamentos, o primeiro relacionado com as instalações e o segundo com o pessoal e restantes gastos de funcionamento, como a eletricidade e o gás. Recordou que nas várias reuniões realizadas com a Secretária de Estado da Educação, Dr.^a Alexandra Leitão, foi verificado o estado em que se encontravam as instalações dos Agrupamentos do Concelho e que a Escola Secundaria em Cantanhede precisava urgentemente de obras, as quais eram da competência do Estado que não tinha verbas no seu orçamento para avançar, nem podia recorrer a fundos comunitários. Acrescentou que a única hipótese foi protocolar com a Câmara, que podia ir a fundos comunitários, e então, na primeira fase da EB 2,3 foi negociado 15% de capitais próprios, pagando o Município 7,5% e o Governo os outros 7,5%. Informou de seguida que, relativamente à segunda fase da EB 2,3, também houve candidatura, mas os 15% vão ser assegurados pelo Município, com o agravante que não se poderá desenvolver a parte letiva naquelas salas, havendo necessidade de alugar contentores pelo valor de 200.000,00€, que não são passíveis de candidatura, o que significa que o Município vai ter um impacto de 883.000,00 € só naquela obra. Relativamente à Secundária Lima de Faria informou que, após ter havido uma questão relativamente aos outros concorrentes, lançada em Tribunal pelo quarto candidato, o Tribunal deu-lhe razão e, por isso o valor da empreitada subiu bastante, sendo o impacto para o Município de cerca de 700.000,00€, faltando ainda o valor dos contentores, que vão ser necessários. Relativamente à EB 2,3 Carlos Oliveira, em Febres e à EB 2,3 Gândara Mar, na Tocha, informou que os valores são de 728.000,00€ e de 1.387.000,00€, respetivamente, que poderão aumentar devido aos aumentos de preços que se têm

verificado, sem garantia de poder ter candidatura. Relativamente ao mobiliário escolar, ao material didático e ao parque informático informou que são mais de 4 milhões de euros de impacto, só em despesas de capital. De seguida informou que decorreram reuniões com os Agrupamentos, onde houve muitas dúvidas, porque as primeiras contas enviadas remetiam para 2018 e em 2022 seriam outras, sem contar com situações que envolvem, a questão do leite escolar, dos refeitórios, dos transportes e circuito especiais, das AECS, dos encargos com água, eletricidade, combustíveis, comunicações, limpeza, conservação e ainda o seguro das instalações que o Estado não tinha, mas que o Município tem de ter. Dessas reuniões foi acertado com os Agrupamentos que lhes vai ser entregue um determinado valor para que cada escola possa fazer face às manutenções, conservações normais, aos apoios complementares educativos da Ação Social, cabendo 163.039,51€ ao Agrupamento de Escolas Lima de Faria, 116.266,10€ ao Agrupamento Marquês de Marialva e 95.041,96 € ao Agrupamento Gândara Mar. Após algumas considerações sobre o assunto, finalmente, referiu que o grande objetivo é continuar com qualidade pedagógica e que os professores se sintam acompanhados no processo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou ser ambição de todos e um direito, procurar as melhores soluções para condições de excelência no processo de ensino-aprendizagem. Acrescentou ser óbvio que tem havido cooperação e articulação entre o poder local e as entidades concelhias com responsabilidades na formação e na educação, no sentido de se prosseguir uma educação de qualidade e de excelência. Relativamente ao processo de transferência de competências, afirmou ser um processo mal definido e sem diálogo, sendo claro

que o Município não vai agilizar competências. Informou, de seguida que, nesse sentido, foi feito um trabalho apurado em conjunto com os Diretores dos Agrupamentos, sendo as condições de operacionalização dos apoios a conceder nas delegações de competências que estão plasmados naqueles três protocolos, o resultado de um trabalho concertado e de diálogo permanente, materializado depois, na comparticipação financeira para a conservação e manutenção de edifícios escolares, fornecimento de serviços externos, limpeza, material de escritório, refeitório escolares, leite escolar, escola a tempo inteiro, transportes escolares, enfim, tudo o que é inerente. Afirmou estar convicto que, com aquelas parcerias, as áreas delegadas e subdelegadas, tal como estão plasmadas naqueles contratos, vão ser exercidas com maior qualidade, celeridade e eficiência e com menos custos. Referiu ser um processo que vai até ao final do ano civil, dinâmico e evolutivo que será avaliado e monitorizado de forma permanente, de maneira a determinar que melhorias têm de ser introduzidas no sistema, para ganhar escala, eficiência e rapidez. Referindo que, desde o primeiro momento, o Município deixou clara a falta de envelope financeiro para as grandes obras dos equipamentos escolares, que representam milhões, informou estar inerente nos processos que vão ser aprovados, a posição de não aceitar a transferência de imóveis escolares do 2º e 3º Ciclo para a esfera do património municipal, bem como as responsabilidades daí decorrentes, enquanto as obras de beneficiação não forem concluídas, conforme previsto e já comunicada à tutela, porque as consequências para o orçamento municipal são enormes e vai ser criado um garrote financeiro que compromete a autonomia municipal no futuro. Demonstrou de seguida a sua preocupação: - Pelo facto da tradição da transferência de competências nesta área, geralmente ser feita por uma falta de atualização permanente dos envelopes financeiros, ficando o Município com

valores muito desfasados, o que é extremamente comprometedor para um Município que pretende continuar a crescer e a desenvolver-se; - De se cair no risco, de ter aqui uma espécie de uma manta de retalhos de subsistemas educativos, na medida em que há municípios que vão ficar com um garrote financeiro tão grande que vão deixar de ter capacidade de poder responder às necessidades, criando diferenças em áreas onde não deveriam existir, ficando comprometida a igualdade de oportunidade e na educação. Reforçou continuar a estar preocupado com a questão do garrote financeiro que pode advir de um processo que não está bem construído, sendo urgente que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a CIM e o Município, também através da Assembleia Municipal, reiterem que, apesar da vontade de fazer melhor, trabalhar respeitando a autonomia das Escolas e criando melhores condições, não será possível se não existirem os meios para o fazer. Referiu finalmente, ser inconcebível que, para além de toda a despesa apresentada pela Sr.ª Presidente da Câmara, acrescem ainda todas as obras, que são de milhões, e que já são da competência do Município.-----

----- Acrescentou a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que o valor que se vai despende com os contentores daria para fazer arranjos nas escolas que já são do Município, que precisam de ser intervencionadas, mas que terão de aguardar. Informou, de seguida que foi deliberado em reunião de câmara, reiterar a posição de não aceitar a transferência dos imóveis escolares para a esfera do património municipal, bem como todas as responsabilidades daí decorrentes em quanto as obras de beneficiação não forem concluídas, conforme foi transmitida à tutela.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, demonstrando a sua estranheza perante o facto da própria Lei mencionar que, quer os municípios

queiram, quer não, vão assumir as competências na área da educação, recebendo a partir de determinada data todos os edifícios escolares, independentemente do seu estado, quando na área da saúde já não é assim, tem que haver um auto de transferência. Reforçando tudo o que foi dito pela Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio e pelo Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso apelou a que que não devem deixar de levantar a voz em relação ao que consideram ser incorreto e injusto.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Lima de Faria»**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva»**, relativamente ao qual também não houve qualquer pedido de intervenção, tendo de seguida sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Cantanhede e o Agrupamento de Escolas Gândara Mar»** relativamente ao qual também não houve qualquer pedido de intervenção, tendo de seguida sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 12 - «Transferência de Competências no Domínio da Saúde / Ponto da situação / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a transferência de competências na

área da saúde, têm uma nuance diferente do que acontece com a da educação porque tem que ser assinado um auto de transferência entre o Município e as entidades de saúde, procedimento que está muito atrasado. Informou, de seguida, com o auxílio de uma projeção que, quando foram verificados os valores enviados pela tutela, verificou-se que os mesmos eram relativos a 2018, tendo a Comunidade Intermunicipal e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, solicitado os valores atualizados a 2021, os quais estão abaixo dos de 2018, o que não se consegue entender. Lembrou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses teve uma reunião com a Sr.ª Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e com a Sr.ª Ministra da Saúde sobre o processo na transferência de competências, na qual manifestaram o constrangimento de que padece o processo, designadamente, no que se refere à difícil articulação com os serviços do Ministério da Saúde, transversal a todo o país. Acrescentou que, nessa mesma reunião, a Sr.ª Ministra da Saúde foi sensibilizada pela Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente às incorreções das verbas, nomeadamente, no que se refere aos recursos humanos e à parte financeira, tendo a mesma se comprometido a agilizar o processo. Informou de seguida que, na reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, depois daquelas contas terem sido analisadas ao pormenor em cada Município, todos estão contra e nenhum Município vai assinar o auto de transferência de competências e os que já assinaram vão contestá-lo. Informou ainda que foi feito um levantamento da situação em que se encontram todas as extensões de saúde, sendo que duas são propriedade da Casas do Povo, nomeadamente, Cadima e Covões, outras são da propriedade das Juntas de Freguesia, nomeadamente, Murtede, Sepins e Bolho, a de Febres é da Câmara e as restantes são propriedade

do Estado. Afirmou preocupar-se com a situação do edifício das instalações de Cantanhede, que é um dos mais novos, mas que está a necessitar duma intervenção fortíssima. Acrescentou que os Engenheiros da Câmara, já fizeram o levantamento de todas as intervenções necessárias, de acordo com os responsáveis da extensão de saúde, representando mais de um milhão e meio em obras, não esquecendo que os preços alteram todos os dias. Referiu que aquele levantamento já foi comunicado tanto à CIM como à ARS que deve sinalizar aquelas obras ao PRR para poderem ter fundos a 100%, porque, se a ARS não fizer um protocolo, como fez a Secretaria de Estado da Educação com o Ministério, o Município não se poderá candidatar. Relativamente às obras nos edifícios maiores, nomeadamente, Cantanhede, Ançã e Tocha, que são propriedade do Governo, informou que os valores já foram comunicados à CIM, estando o Município a aguardar que sejam sinalizados pela ARS ao PRR, de forma a que quando o aviso sair, Cantanhede também seja beneficiado e possa aceder àqueles fundos, estando disponível para seguir a obra e a se candidatar. Relativamente ao auto de transferência, informou que enquanto as coisas não estiverem definidas, não irá assinar algo com o qual não concorda de maneira nenhuma e que poderá pôr em causa a gestão financeira da Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual destacou que o assunto já foi discutido várias vezes, o que é salutar, no entanto, facto é que, persistentemente, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, seja na praça pública, o PS Cantanhede e em concreto a bancada do PS de Cantanhede votou e apresentou declarações de voto em que criticou sistematicamente a não aceitação da transferência de competências, assumindo que esse era o caminho porque há ganhos de eficácia e de proximidade

ao cidadão. Recordou, de seguida que a bancada do PSD sempre afirmou não ser contra a transferência de competências, mas sim contra a transferência de competências sem o respetivo envelope financeiro. Referiu ainda que, de acordo com as notícias saídas durante a semana, 25% a 30% das Câmaras aceitaram a transferência de competências, no entanto, de acordo com os documentos emanados da Associação Nacional de Municípios e das Comunidades Intermunicipais que criticam os critérios, os envelopes financeiros, a falta de mapeamento de várias despesas e um conjunto de outros problemas que, curiosamente o Município de Cantanhede já tinha feito e elencado logo no início do processo. Verifica-se que algumas Câmaras, também do Partido Socialista, que aceitaram os autos de transferência de competências, agora, estão a dizer que afinal não é bem assim e já não querem o que assinaram. Concluiu que, tudo isso vem demonstrar que sendo o processo de transferência de competências um processo que se deseja e que faz sentido, a forma como está delineado não se coaduna com o desejável para os cidadãos, para os Municípios e para o Município de Cantanhede em particular e para o país.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Abel Carapêto, afirmando que a bancada do PS sempre foi a favor da descentralização de competências, que constitui um marco histórico e tem consequências para o futuro. Acrescentou ser um início de um processo e estar crente que as autoridades políticas encontrarão soluções para o financiamento do mesmo. Afirmou ainda que devem ser críticos, mas também têm que ter esperança e ser otimistas em relação ao futuro, pois o caminho que se está a iniciar é novo e, por vezes, traz algumas inseguranças que têm que ser ultrapassadas com muito trabalho, com dedicação e acima de tudo, com muito bom senso. Afirmou, finalmente, acreditar que todas as autoridades políticas quer

regionais, quer nacionais, a começar pelas autarquias, irão encontrar resposta para a solução daqueles problemas.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da Estratégia Municipal de Educação Ambiental 2030»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual informou que, apesar de já ter sido aprovada em 2021 e já estar em implementação, a presença do assunto na Assembleia resulta de uma recomendação no âmbito da candidatura ao ECO 21, mais concretamente, no indicador 1 referente à promoção da educação ambiental, educação para o desenvolvimento sustentável. Acrescentou ser também uma forma de valorização da Assembleia, enquanto expressão de uma comunidade no seu todo, com um reflexo de tornar o grande desafio da educação ambiental como compromisso coletivo e transversal para a sustentabilidade e, no fundo, a construção de um concelho mais verde. Recordou que a educação ambiental é uma ferramenta fundamental para alcançar toda a comunidade, sempre com o entendimento da educação como um processo ao longo de toda a vida e de forma especial, tendo em conta que deve ser um processo pedagógico, participativo, permanente, que está em implementação e está a ser avaliado. Referiu que, este trabalho deu a oportunidade para juntar um conjunto de setores envolvidos na questão da educação ambiental naquelas áreas, para que, de forma conjunta, transversal, integrada, aproveitassem as sinergias e não houvesse uma atuação, muitas vezes dispersa, da Proteção Civil e da INOVA, porque são realidades distintas e também, a oportunidade de criar o Gabinete de Educação Ambiental, juntando todas aquelas entidades. Informou de seguida que, a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável tem 17 objetivos de

desenvolvimento sustentável e 69 metas a ser implementadas e que a Estratégia Nacional de Educação Ambiental pretende assegurar a construção de literacia ambiental a todo o país, de uma forma social em cada comunidade, associada à Estratégia Nacional de Educação para a cidadania. Acrescentou que a avaliação é uma grande oportunidade de verificar como se está a evoluir face aos objetivos inicialmente definidos, se se está a trabalhar de forma eficiente e se estão a ocorrer os resultados esperados, numa perspetiva de aprender e melhorar, apoiando todas aquelas atividades de monitorização. Acrescentou ainda que, através do resultado obtido são feitos os relatórios destinados à candidatura do ECO 21. Relativamente ao processo desta estratégia, relevou a importância de uma visão conjunta, para rentabilização de esforços e medir o sucesso ou insucesso no cumprimento dos objetivos, tendo em conta a relevância, a eficiência, a eficácia, a utilidade e a sustentabilidade. Finalmente, afirmando tratar-se de um processo dinâmico, informou que a aprovação do documento será uma forma de existir um compromisso coletivo e transversal e uma mais-valia para esse a candidatura ao ECO 21.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu na palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou o Município pela apresentação do plano, como forma de sensibilizar todas as pessoas para modificarem as suas atividades diárias relacionadas com o ambiente e com os recursos naturais disponíveis. Questionou, de seguida, sobre a forma como o Programa de Educação Ambiental se liga com os objetivos de sustentabilidade e se o Município já se inscreveu nos objetivos de sustentabilidade local e se já está a trabalhar nessa matéria. Manifestou o desejo de que fosse dada mais atenção a estas matérias, porque, segundo um relatório recente efetuado a diferentes municípios, foi dito que estavam a dar pouca relevância aos objetivos de

sustentabilidade. Acrescentou que, apesar de serem objetivos para 2030, é um trabalho bastante longo e difícil para se conseguirem os objetivos. Como exemplo, informou que se forem ao site procurar o Município na ODS local, verifica-se que, no momento, o consumo de energia está com tendência de descida desde 2018/2019, no entanto, continuando com o ritmo de consumo de energia que está a existir, não serão atingidos os objetivos de 2030.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, dando as explicações que julgou convenientes, frisando que a questão da educação ambiental contem 21 indicadores em diversas áreas que são todos trabalhados e que, a questão de poder ainda congregar isto no âmbito da tal adesão ao ODS local, é uma questão de congregar todos estes pontos não é tão linear porque a educação ambiental é feita ao nível da INOVA e da Proteção Civil e dos Recursos Naturais da Floresta e a parte da Educação também ficou congregada num único ponto, ficando com a recomendação de se ver como congregar tudo numa única abordagem, apesar dos objetivos serem para diferentes áreas. Relativamente à energia, referiu ser um caso paradigmático, porque tem investimento e é um processo mais lento, tal como acontece com a questão do ambiente sonoro e da qualidade do ar, outras áreas que estão a trabalhar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da Estratégia Municipal de Educação Ambiental 2030»**, o qual foi aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou a alteração orçamental modificativa a aprovar já é uma consequência da transferência de competências no âmbito da educação, e resulta da inscrição de novos valores decorrentes daquela transferência de competências que se traduziu num aumento de 1.512.828,00€ e numa redução de 643.290,00€, sendo que o diferencial de 869.538,00€ teve que ser compensado com verbas da despesa de capital que passaram para despesa corrente. Referiu de seguida que, o orçamento também foi reduzido em 729.219,00€ e que o objetivo era sempre ao contrário, tentar reduzir alguma coisa em termos de algum tipo de atividade e do aumento do dia a dia da despesa corrente, para injetar na despesa de capital, no entanto os pressupostos em termos dos equilíbrios orçamentais mantêm-se.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, questionando sobre a previsibilidade do aumento da receita.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que apenas muda a tipologia da despesa. Informou de seguida que houve uma descida das receitas previstas no orçamento, porque com os dois anos de pandemia, tudo foi isento, encontrando-se a Câmara a retomar essas receitas. Acrescentou que, no momento, o problema já não tem a ver com as transferências de competências, mas sim com o que se passa no resto do mundo, nomeadamente a pandemia, que ainda não acabou e a guerra na Ucrânia. Referiu que, com o aumento dos preços que se tem verificado já não se vai conseguir investir em determinadas obras que estavam previstas, dando como exemplo a obra consignada há meses, da estrada que liga Arazede ao centro de Cantanhede. Finalizou afirmando que tudo o que estava previsto no plano de atividades de 2022, com base num determinado tipo de valores

de obras que estavam pensadas e que tinham um determinado valor, não vão acontecer.-----

----- O Sr. Presidente deu ainda a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual solicitou um esclarecimento sobre a rúbrica ponto 2/253, com uma verba de 262.000,00 €, que tem a ver com atividades cívicas e religiosas e algumas instituições sem fins lucrativos, também de carácter religioso, questionando sobre quais são as instituições em causa.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara Helena Teodósio que o Município subsidia intervenções em igrejas, dando como exemplos, as Igrejas de Cantanhede, Tocha, Covões, Cadima e Sanguinheira, entre outras, por se tratar de património religioso/cultural. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da 2.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022»**, o qual foi aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Sendo 17:30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: